DocuSign Envelope ID: 5AE909AF-9497-499E-82A5-E200AF18111C

AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.

CNPJ nº 01.274.240/0001-47

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		172.093.403,44	17.757.949,39
Caixa e Equivalente de Caixa	5	154.291.948,23	603.109,96
Títulos e Valores Mobiliários	5	7.308.505,32	6.624.858,12
Contas a Receber	6	109.590,21	161.591,18
Adiantamentos Concedidos	7	10.002.080,36	10.002.080,36
Antecipações a Empregados	8	207.479,13	201.294,33
Impostos a Recuperar	9	118.650,75	124.510,64
Despesas Antecipadas	10	-	2.581,86
Estoque	11	55.149,44	37.922,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.896.849,55	7.190.168,46
Realizável a Longo Prazo		5.237.073,69	5.833.578,39
Devedores com Vendas Compromissadas	12.1	239.906,31	297.541,66
Devedores por Créditos Repassados	12.2	-	-
Unidades Residenciais	12.3	1.560.570,78	1.560.570,78
Terrenos Edificações ou Urbanização	12.4	2.181.402,13	2.450.953,40
Depositos Judiciais	12.5	-	393.903,59
Devedores Diversos	12.6	26.675,94	26.675,94
Impostos a Recuperar	12.7	1.228.518,53	1.103.933,02
Imobilizado		6.959.292,80	639.546,64
Bens Tangíveis	13.1	8.918.047,85	2.386.146,82
(-)Depreciações Acumuladas	13.1	(1.958.755,05)	(1.746.600,18)
Intangível		700.483,06	717.043,43
Software	13.2	1.150.281,58	1.089.101,58
(-)Amortizações Acumuladas	13.2	(449.798,52)	(372.058,15)
TOTAL DO ATIVO		184.990.252,99	24.948.117,85
DESCRIÇÃO	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
PASSIVO CIRCULANTE		163.021.735,86	8.869.524,64
Obrigações Trabalhistas	14	1.701,69	19.186,15
Obrigações Sociais	14	9.786,77	6.391,98
Obrigações Tributárias	14	61.310,06	52.998,45
Contas a Pagar	15	1.778.093,21	1.099.380,18
Parcelamentos Federais	16	399.906,48	386.692,44
Provisões Trabalhistas	17	2.834.817,52	2.930.821,50
Subvenções de Investimentos a Realizar	18	154.207.633,31	-
Cauções a Restituir	19	1.533,53	982,87
Créditos Vinculados Convênios	20	3.726.953,29	4.373.071,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.426.701,42	5.991.510,26
Créditos Vinculados Convênios	21.1	-	613.472,45
Parcelamentos Federais	21.2	472.799,96	843.961,29
Contingências Judiciais	22	1.953.901,46	4.534.076,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.541.815,71	10.087.082,95
Capital Social	23.1	196.133.567,16	196.133.567,16
(-) Capital a Integralizar	23.1	(8.877.149,13)	(8.877.149,13)
Reservas de Lucros	23.2	13.485.425,67	-
Prejuizos Acumulados	23.3	(177.169.335,08)	(176.205.900,69)
Resultado do Exercício	23.3	(4.030.692,91)	(963.434,39)
TOTAL DO PASSIVO		184.990.252,99	24.948.117,85

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021, TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO O VALOR DE R$ 184.990.252,99 (Cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), ESTRUTURADAS CONFORME RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374/2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

DECRIÇÃO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.1	53.819.131,32	33.116.113,73
Receitas Bruta de Serviço		3.630.565,52	3.627.186,00
Receita Ordinária Orçamentária		36.703.140,13	28.495.045,40
Receita Subvenção Econômica Investimentos		13.485.425,67	1.474.868,52
(-)Devoluções e Descontos		-	(480.986,19)
(-)Impostos Incidentes	24.1	(517.355,49)	(516.873,93)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	53.301.775,83	32.599.239,80
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24.2	(35.596.037,13)	(25.826.069,83)
Mão de Obra		(23.452.852,04)	(21.833.370,52)
Serviços de Terceiros		(1.378.043,16)	(869.317,96)
Outros Custos Operacionais		(133.460,23)	(41.998,07)
Custos com Obras		(2.837.769,33)	(1.606.514,76)
Serviço Aplicado		(7.793.912,37)	(1.474.868,52)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		17.705.738,70	6.773.169,97
DESPESAS OPERACIONAIS	24.2	(7.659.158,36)	(8.053.124,57)
Despesas com Pessoal		(5.934.476,01)	(5.440.553,53)
Serviço de Terceiros		(627.547,40)	(566.380,70)
Despesas Gerais Administrativas		(473.756,58)	(261.278,35)
Despesas Tributárias		(95.284,38)	(80.932,59)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(528.093,99)	(1.703.979,40)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		10.046.580,34	(1.279.954,60)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	24.3	(591.847,58)	316.520,21
Receitas Financeiras		401.392,70	410.347,36
Despesas Financeiras		(993.240,28)	(93.827,15)
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		9.454.732,76	(963.434,39)
PROVISÃO IRPJ E CSLL		-	-
CSLL		-	-
IRPJ		-	-
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	25	9.454.732,76	(963.434,39)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	9.454.732,76	(963.434,39)
Ajustes de:	301.764,02	256.771,72
Depreciação e Amortização	301.764,02	350.567,07
Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido	-	(93.795,35)
Variação no Capital Circulante e Não Circulante	154.189.242,64	(1.899.223,76)
Aumento/Redução em Contas a Receber	52.000,97	47.783,29
Aumento/Redução em Adiantamento Concedidos à Obras	-	(4.677.427,03)
Aumento/Redução em Antecipações a Empregados	(6.184,80)	(33.477,96)
Aumento/Redução em Impostos a Recuperar	5.859,89	(21.507,77)
Aumento/Redução em Despesas Antecipadas	2.581,86	887,46
Aumento/Redução em Estoque	(17.226,50)	13.092,30
Aumento/Redução em Obrigações Trabalhistas	(17.484,46)	(1.121.683,95)
Aumento/Redução em Obrigações Sociais	3.394,79	(659.590,98)
Aumento/Redução em Obrigações Tributárias	8.311,61	(359.954,07)
Aumento/Redução em Contas a Pagar	678.713,03	(39.881,46)
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	13.214,04	32.281,17
Aumento/Redução em Provisões Trabalhistas	(96.003,98)	546.201,30
Aumento/Redução em Subvenções de Investimento a Realizar	154.207.633,31	-
Aumento/Redução em Cauções a Restituir	550,66	982,87
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	(646.117,78)	4.373.071,07
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	163.945.739,42	(2.605.886,43)
Atividades De Investimento		
Aquisição/Venda de Imobilizado	(6.605.223,47)	(6.823,48)
Baixa de Imobilizado	273,66	1.179,81
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(6.604.949,81)	(5.643,67)
Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução Devedores com Vendas Compromissadas	57.635,35	51.581,82
Aumento/Redução Terrenos Edificações ou Urbanização	269.551,27	-
Aumento/Redução Depositos Judiciais	393.903,59	(277.513,16)
Aumento/Redução Impostos a Recuperar	(124.585,51)	(114.533,13)
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	(613.472,45)	(1.192.678,06)
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	(371.161,33)	(281.954,94)
Aumento/Redução em Contingencias Judiciais	(2.580.175,06)	726.832,82
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(2.968.304,14)	(1.088.264,65)
(=) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades	154.372.485,47	(3.699.794,75)
Saldo de Caixa Início do Exercício	7.227.968,08	10.927.762,83
Saldo de Caixa Final do Exercício	161.600.453,55	7.227.968,08
(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial	154.372.485,47	(3.699.794,75)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração dos Fluxos de Caixa - Nota Explicativa n°26

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Realizado Atualizado Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Capital Investimentos em ação	Reservas de Lucros Subvenção para Investimento	Resultado Acumulado	Total Geral
Saldo em 31/12/2019	196.133.567,16	(8.877.149,13)	6.789.064,77	-	(182.901.170,11)	11.144.312,69
Capital Subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-
Reservas de Investimento em Ações	-	-	(6.789.064,77)	-	6.789.064,77	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(93.795,35)	(93.795,35)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(963.434,39)	(963.434,39)
Saldo em 31/12/2020	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	-	(177.169.335,08)	10.087.082,95
Capital Subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-
Subvenção para Investimento	-	-	-	13.485.425,67	(13.485.425,67)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	9.454.732,76	9.454.732,76
Saldo em 31/12/2021	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	13.485.425,67	(181.200.027,99)	19.541.815,71

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Nota Explicativa n°23

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

DECRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	54.683.427,40	33.156.815,38
Receitas Bruta de Serviço	3.630.565,52	3.627.186,00
Receita Ordinária Orçamentária	36.703.140,13	28.014.059,21
Receita Subvenção Econômica Investimentos	13.485.425,67	1.474.868,52
Outras Receitas	864.296,08	40.701,65
(-)INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.367.529,41	6.350.044,79
Materiais, Energia, Serviços de Terceir os e Outros	13.244.489,07	4.820.358,36
Perda/Recuperação de Valores Ativos	480.200,88	213.270,77
Outras Despesas	649.599,18	1.222.588,51
Despesas Financeiras	993.240,28	93.827,15
(=)VALOR ADICIONADO BRUTO	39.315.897,99	26.806.770,59
(-)RETENÇÕES	262.590,01	308.821,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	262.590,01	308.821,77
(=)VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	39.053.307,98	26.497.948,82
(+)VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	401.392,70	410.347,36
Receitas Financeiras	401.392,70	410.347,36
(=)VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	39.454.700,68	26.908.296,18
(+)DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39.454.700,68	26.908.296,18
Pessoal e Encargos	29.387.328,05	27.273.924,05
Impostos, Taxas e Contribuições	612.639,87	597.806,52
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	9.454.732,76	(963.434,39)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Valor Adicionado - Nota Explicativa n° 27.1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

DECRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9.454.732,76	(963.434,39)
Outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (outras receitas e outras despesas abrangentes)	-	-
Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTES DO PERÍODO	9.454.732,76	(963.434,39)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado Abrangente - Nota Explicativa n° 27.2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia n° 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiânia de Habitação, através da Lei Estadual n° 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual n.º 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação.

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, classificada como Empresa Estatal Dependente, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020. Assim, a partir do Exercício Social de 2021, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás.

SEDE para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, n° 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.

2. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Gestor

Pedro Henrique Ramos Sales

Objetivo Institucional

A AGEHAB tem como atividade finalística a execução das políticas públicas, programas e ações voltadas ao direito de habitação, bem como a regularização fundiária, especialmente da população que não dispõe de meios para prover as suas necessidades habitacionais.

Síntese da Gestão

A gestão está marcada pela busca incessante da redução do déficit habitacional do Estado e da retomada de obras paralisadas com o objetivo precípuo de levar moradia digna e de qualidade para as famílias vulneráveis do Estado. Ademais, visa promover a construção e a reforma de equipamentos comunitários, que são espaços de integração e convivência social, com foco na prevenção e minimização dos efeitos da vulnerabilidade social.

No que tange aos projetos de construção e reforma pelo Programa Goiás Social, coordenado pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS), com execução da AGEHAB, utilizando recursos do Fundo Protege, está em execução a relevante missão de entregar Unidades Habitacionais Construídas, a custo zero para o beneficiário, e após a devida reformulação, implementar o novo programa de Reforma de Unidades Habitacionais, com a devida assistência técnica.

Na esfera da Regularização Fundiária foram entregues 1.357 escrituras em 2021, marcando um considerável avanço em relação aos anos anteriores.

Por fim, no mês de dezembro de 2021 foi implementado o auxílio moradia (aluguel social), que já possui mais de 3.000 beneficiários cadastrados, os quais receberão mensalmente R$ 350,00, por até 18 meses, com o intuito de amparar as pessoas e famílias com maior vulnerabilidade e reduzir o déficit habitacional no Estado.

O programa "Moradia como base da cidadania" da AGEHAB reduziu, no exercício de 2021, o Déficit habitacional total no Estado de Goiás de 155.769 famílias (dados do CadÚnico2020) para 149.872 famílias, sendo a redução direta e definitiva (entrega de Unidade Habitacional) para 1.505 famílias, indireta e temporária (Auxílio Moradia – Aluguel Social) para 3.035 famílias e indireta e definitiva (Escrituras de Regularização Fundiária) para 1.357 famílias.

Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA

Para nortear as políticas públicas habitacionais no Estado, a AGEHAB se baseia nos Programas do Governo Estadual, os quais estabelecem metas e ações a serem realizadas para a conquista dos objetivos planejados, conforme Plano Estratégico AGEHAB 2021 - 2023. O planejamento também é efetivado segundo os dados provenientes do Estudo de Déficit Habitacional e do Índice Multidimensional da Carência das Famílias do Instituto Mauro Borges – IMB

PROGRAMAS DE GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

PROGRAMA MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA

AÇÃO: EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

As entregas dos 02 equipamentos comunitários construídos, bem como as reformas em andamento, proporcionam a melhoria do lazer, da cultura, da educação, do esporte e da diversão nas comunidades onde as obras são entregues, em todas as regiões do Estado, e resultam na mitigação da vulnerabilidade social local.

As obras são executadas em parceria com os municípios e Organizações da Sociedade Civil.

AÇÃO: GOIÁS ESCRITURAS

O principal resultado da ação consistiu na entrega de 1.357 escrituras de regularização fundiária, além disso, efetivou-se o destravamento e a retomada da tramitação de processos sobrestados há vários anos, visando a subsequente entrega aos cidadãos goianos das escrituras de regularização fundiária.

Ressalta-se a parceria com o Fundo Protege, com aporte de 7 milhões de reais para os levantamentos planialtimétricos, georreferenciamentos, projetos urbanísticos e cadastro dos beneficiários, que permitirão novas entregas em 2022.

AÇÃO: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A AGEHAB entregou aos cidadãos goianos 1.505 Unidades Habitacionais Construídas, e tem fortalecido sua rede de parcerias com os Municípios, Governo Federal, Construtoras e Organizações da Sociedade Civil, bem como buscado executar as políticas públicas, programas e ações habitacionais, com transparência e celeridade, com foco no atendimento à população vulnerável.

Nesse sentido, esta Agência atuou firmemente para a publicação das Leis Estaduais nº 21.219/2021 e nº 21.217/2021, que atualizou valores, regras e critérios para a reforma e a construção de unidades habitacionais do Programa Pra Ter Onde Morar, ampliando ou incluindo recursos do Crédito Parceria (outorgado ICMS) ou do Fundo Protege, bem como estabeleceu mudanças importantes, como a atualização de valores do crédito outorgado de até R$ 20 mil para até R$ 42 mil por unidade habitacional, respectivamente.

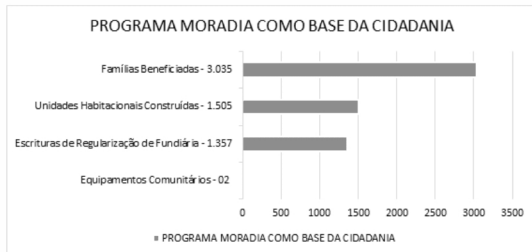
Assim, foi possível avançar na contratação de empresas construtoras de Unidades Habitacionais, com a celebração de 31 contratos no mês de dezembro de 2021.

AÇÃO: PARA TER ONDE MORAR - AUXÍLIO-MORADIA

Foram atendidas 3.035 famílias com o auxílio moradia (ALUGUEL SOCIAL) criado em novembro de 2021.

A nova linha de atendimento da Agência Goiana de Habitação S/A contra o déficit habitacional tem o objetivo de ajudar famílias e pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, e com a renda comprometida com o aluguel, a arcar provisoriamente com custos de moradia. São R$ 350 mensais por 18 meses, prorrogáveis por mais 18 meses.

A ação cria mecanismo de alcance imediato das famílias em condições de pobreza, vulnerabilidade e endividamento familiar para garantir o direito à segurança habitacional, com a transferência de recursos financeiros que assegurem o direito social à moradia digna, por intermédio da transferência direta de renda para custear a locação de imóveis ou o pagamento da prestação da casa própria, por tempo determinado.



3.ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, classificada como Empresa Estatal Dependente, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020. Assim, a partir do Exercício Social de 2021, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás.

3.1 Base Legal

Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1964 que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público

3.2 Fontes de Recursos Orçamentários

Unidade Orçamentária: 3194

1.Recurso Arrecadado e Alienação de imóveis refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás, prestação de serviço registros documentais e recebimentos de alienação de imóveis.

2.Recurso Ordinário oriundo do tesouro do Estado de Goiás para pagamento das despesas com pessoal, custeio e de investimento.

3.Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social.

LEI Nº 14.469, DE 16 DE JULHO DE 2003 Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás, Art. 1º Fica instituído, na Secretaria de Estado da Economia, o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS, para o combate à fome e a erradicação da pobreza, de natureza contábil, destinado a provisionar recursos financeiros às unidades executoras de programas sociais, com o objetivo de viabilizar à população goiana o acesso a níveis dignos de subsistência por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, saneamento básico, assistência social, reforço de renda familiar e outros programas ou ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

4.Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nas Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

4.1 Moeda Funcional

A moeda funcional praticada pela AGEHAB é o Real (R$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais.

4.2 Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de reconhecimento dos resultados – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento;

b) Provisões para Férias e 13º Salário - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios;

c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante;

d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e societárias;

e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias;

f) Passivos Não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2021;

g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador;

h) Uso de estimativas – A preparação das Demonstrações Financeiras, incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de útil dos bens, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas ou premissas;

i) Caixa e equivalentes de caixa – Para fins das Demonstrações Financeiras correspondem aos saldos de disponibilidade (Caixa sede e contas bancárias) e aplicações financeiras de liquidez imediata;

j) Contas a receber operacional – São reconhecidos pelo valor nominal contratual referente venda de loteamentos em períodos anteriores. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receita financeira. Estima-se que os saldos das contas a receber estejam próximos de seus valores justos de mercado;

k) Provisão para Devedores Duvidosos - Foram constituídas provisões para devedores duvidosos sobre os créditos vencidos acima de 180 dias, em atenção as normas contábeis a estes tipos e operações;

l) Despesas Antecipadas - Em 2021, objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a companhia fez a contratação de seguros do edifício sede da AGEHAB;

m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO;

n) Provisões para demandas judiciais – A AGEHAB é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais. É constituído provisões referentes a processos judiciais classificados como ATIVO PROVÁVEL / PASSIVO PROVÁVEL;

o) Avaliação – a administração aplicou o teste de Impaiment e que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

DocuSigned by:
DIÁRIO DO ESTADO
Assinado por: EDITORA DIARIO DO ESTADO LTDA:24946442000193
CPF: 58975926168
Data/Hora da Assinatura: 17/04/2022 | 15:19:51 PDT
ICP Brasil
9393FA587BF046B28DC1AD188C3FE84C